

Relatório da Comissão Especial de Transporte Coletivo no Município de Porto Alegre

Vereador Reginaldo Pujol – Presidente

Vereador André Carús – Vice-Presidente

Vereador Clàudio Janta – Relator

**Sumário**

[**Introdução** 3](#_Toc506821330)

[**Balanço dos Trabalhos** 4](#_Toc506821331)

[**Relato das Reuniões** 5](#_Toc506821332)

[**Primeira reunião da Comissão 17/11/2017** 5](#_Toc506821333)

[**Segunda Reunião da Comissão 20/11/2017** 5](#_Toc506821334)

[**Terceira Reunião da Comissão 27/11/2017** 12](#_Toc506821335)

[**Quarta Reunião da Comissão 06/12/2017** 14](#_Toc506821336)

[**Quinta Reunião da Comissão 11/12/2017** 14](#_Toc506821337)

[**Sexta Reunião da Comissão: 19/12/2017** 18](#_Toc506821338)

[**Sétima Reunião da Comissão: 06/02/2018** 19](#_Toc506821339)

[**Conclusão** 20](#_Toc506821340)

[**Encaminhamentos** 26](#_Toc506821341)

# **Introdução**

Consoante solicitação feita pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Porto Alegre para criação de uma Comissão Especial de transporte Coletivo, a fim de tratar sobre os projetos protocolados pelo Executivo Municipal acerca do transporte coletivo da Capital e suas isenções.

Tem como objetivo analisar e contribuir para o aprimoramento dos projetos legislativos encaminhados pelo Poder Executivo dispondo sobre o transporte coletivo do Munícipio que tratam da redução da idade para o recebimento gratuidade de passagens a idosos e redução do número de viagens para passageiros isentos; e a limitação a um teto de três salários mínimos familiar para estudantes receberem a meia-passagem, além da diminuição das passagens mensais, bem como da extinção da possibilidade de uso da passagem escolar em domingos e feirados; o fim da meia-passagem para professores. Igualmente serão avaliados os projetos que determinam a exigência de Cartão de Isenção para PMs e guardas no uso da gratuidade; e o que extingue de forma gradativa a presença de cobradores nos ônibus; e o aumento de vida útil dos ônibus.

**Balanço dos Trabalhos**

Instalada a presente Comissão Especial, instituída a requerimento da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Para, no prazo de 60 (sessenta) dias prorrogados por mais 30 (trinta) dias, buscou fazer uma análise profunda dos projetos protocolados do Executivo Municipal que tratam do Transporte Público Coletivo e seus reflexos, financeiros e econômicos e sociais.

|  |  |
| --- | --- |
| **DATAS** | **ASSUNTOS** |
| **03/08/2017** | Requerimento para constituição de Comissão Especial. |
| **17/11/2017** | Organização dos Trabalhos. |
| **20/11/2017** | Convocação do Poder Público envolvido no Projeto. |
| **27/11/2017** | Oitiva dos Consórcios MOB, VIVASUL, VIA LESTE, MAIS e CARRIS (operadores). |
| **06/12/2017** | Oitiva da UGES, UMESPA, STETPOA, COMTU, ATPPOA. |
| **11/12/2017** | Oitiva da UMESPA, COMUI e COMDEPA. |
| **19/12/2017** | Oitiva do OP. |
| **06/02/2018** | Apresentação do relatório. |

**Relato das Reuniões**

**Primeira reunião da Comissão 17/11/2017**

Na primeira reunião Ordinária, a Comissão tratou da organização e metodologia dos trabalhos da Comissão.

Então ficou decidido, em suma, que nas próximas reuniões seriam chamados – primeiramente – o poder público; em seguida os operadores, os usuários e, por último, a sociedade, a respeito do processo global do transporte coletivo na Cidade, envolvendo a concessão de benefício, financiamento, da gratuidade integral da segunda passagem.

**Segunda Reunião da Comissão 20/11/2017**

Na segunda Reunião Ordinária, esteve presente o Sr. Marcelo Solette de Oliveira Presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), na qual fez breve síntese de todos os Projetos apresentado pelo Executivo Municipal.

O presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) abordou a questão dos cobradores, classificou que o projeto de lei visa à saída gradual dos cobradores.

Ainda no que tange ao projeto relativo aos cobradores de ônibus o representante Presidente da EPTC declarou que:

“No projeto de lei, a gente encaminha quais seriam os casos em que não seriam *obrigatória* a contratação. Seriam os casos de aposentadoria, morte, despedida por justa causa e nos dias de feriado e de passe livre. Nos demais casos, deveria ser feita a recontratação do cobrador. Hoje, a gente vê que várias cidades já utilizam o sistema sem o cobrador, migrando para alternativas com melhoria nas formas de pagamento. Seria um processo gradual, começaríamos pelo passe livre, e no horário das 22 até as 5 da manhã. É um projeto de lei ainda inicial, e a proposta veio até mais moderada para discussão na Câmara de Vereadores.”

Também foi discutido pelo Sr. Marcelo Soletti, representante Presidente da EPTC, a questão do projeto que modifica o tema da passagem escolar, na qual cria o requisito, de que o usuário tem que ter sua renda familiar de até três salários mínimos. Destacou que o projeto buscou informações junto à Região Metropolitana e a outras cidades do Brasil. Por fim declarou que:

“[...]isso é uma possibilidade de discussão, até porque a gente sabe que muitas pessoas não têm comprovação de renda. Elas possuem renda e não têm o comprovante dela. Foi feita essa manifestação, e o projeto de lei foi encaminhado com essa limitação. [...]”

Em relação aos professores, o representante Presidente da EPTC destacou que:

“A gente buscou informações junto à Região Metropolitana e a outras cidades do Brasil. Vou deixar claro que isso é uma possibilidade de discussão, até porque a gente sabe que muitas pessoas não têm comprovação de renda. Elas possuem renda e não têm o comprovante dela. Foi feita essa manifestação, e o projeto de lei foi encaminhado com essa limitação.”

Após essas falas, o Presidente da EPTC, declarou estar bem disposto a discutir cada projeto, destacou que, não só ele, mas também o Prefeito do Município de Porto Alegre e demais Diretores.

Foi ilustrado, novamente pelo Sr. Marcelo Soletti Presidente da EPTC a questão da limitação do uso das isenções, declarou ser um tema polêmico, mas que também serve para combater as fraldes na utilização destas isenções. Na sua fala sobre o assuntou declarou que:

[...]está bem claro, no parágrafo único, que, para a limitação de uso – e isso a gente já faz hoje –, se a pessoa comprovar a necessidade, ela pode botar a limitação para oito, dez, doze, conforme ela necessita.[...]

Também elucidou que foi modificada a questão do cadastramento:

“O cadastramento passa a ser anual para todas as categorias, exceto para o idoso acima de 65 anos, que passa a ter um recadastramento a cada 24 meses. São projetos de lei feitos em cima de um diagnóstico. Porto Alegre, da forma como está, em seguida vamos estar aí com 37, 38, 40% de isentos, cada vez mais impactando no valor da tarifa, com menos pessoas utilizando. É um círculo que vai acabar piorando a situação que nós vivemos hoje. E mais: a média nacional de isentos é 21%. Em cima disso, se pensaram esses projetos de lei, estamos trazendo, então, para a Câmara de Vereadores, essa discussão.”

O Ver. Presidente desta Comissão Especial, Reginaldo Pujol, disponibilizou três minutos para cada um dos Vereadores, em grupos de três, para que colocassem algum esclarecimento a ser feito.

O Ver. André Carús apontou a ausência garantia de que esses projetos, em caso de aprovação, repercutam ou numa melhor qualidade do serviço que é prestado, ou numa redução gradativa do valor que é cobrado hoje na tarifa. Também na mesma fala abordou sobre o Projeto do meio passe, perguntando qual o critério utilizado pelo Executivo Municipal, para se definir uma restrição de renda até três salários mínimos. Por último, o Ver. André Carús deixou três questionamentos:

“[...] se existe hoje um problema de razão socioeconômica no transporte coletivo em Porto Alegre, é também porque nós reduzimos número de viagens, as pessoas passaram a usar menos o transporte público e se deslocam de outra maneira. Será que esse conjunto de projetos não vai reduzir ainda mais a utilização do transporte coletivo? Não vai reduzir ainda mais o número de viagens do transporte em Porto Alegre e trazer ainda maiores problemas para as empresas que prestam serviço na Cidade? ”

O Ver. Clàudio Janta, questionou o motivo que leva a criação de tais projetos, se é a diminuição de passageiros de Transporte Coletivo Público em Porto Alegre ou outro motivo. Também declarou que:

“[...] mesmo com tudo que a gente possa discutir com o intuito de tentar diminuir o valor da passagem não vai diminuir. Isso já foi provado, a Prefeitura, em nenhum momento, falou que vai diminuir o valor da passagem, e as empresas não têm como diminuir. [...]”

Por fim destacou que paralelo ao Transporte Coletivo, existe outro modal, os aplicativos, os quais fazem o mesmo serviço, mas não pagam impostos ou qualquer outra tarifa, e esses constantemente estão ganhando mais espaço, ocasionando até mesmo, a extinção de algumas linhas de ônibus e lotação.

O Ver. Cassiá Carpes elucida que o debate feito na Comissão é de extrema importância para Cidade, destacou também que a Casa tem suas prerrogativas. Também fez um relato de um caso que uma linha de lotação ia acabar em um determinado Bairro, e que os argumentos dos permissionários de lotação, era que faltava passageiros, e que também os Aplicativos estão cobrando valores iguais aos da lotação. Por fim questionou se é a passagem que está cara ou os aplicativos que estão muito baratos. Também perguntou qual a relação do cobrador e as fraudes, e que tais apontamentos são perigos e podem gerar conflitos.

O representante Presidente da EPTC, o Sr. Marcelo Soletti, destacou que nos dias 28 e 29 de novembro de 2017 estaria sendo apresentada uma nova planilha tarifária no Brasil inteiro, destacou que a dificuldade no transporte público é realidade no Brasil inteiro.

Em relação aos aplicativos, também destacou que é um problema em todas grandes Capitais, e que hoje em Porto Alegre a Lei que regulamenta os aplicativos está suspensa, devido a uma ADIn que suspendeu 11 artigos da lei relacionada aos aplicativos, afirmou que alguns aplicativos estão recolhendo ISS, deu ênfase que não são todos que recolhem.

No que diz respeito ao cálculo tarifário, o representante do Executivo, Presidente da EPTC, o Sr. Marcelo Soletti destacou que:

“O cálculo tarifário é feito em cima do ano que se passou. É o custo total do sistema dividido pela quantidade de passageiros pagantes. Esse é o valor da tarifa no outro ano.”

Destacou ainda que paralelamente ao cálculo tarifário, está sendo discutida também a criação da CIDE Municipal em cima do combustível, para poder financiar o transporte coletivo.

O Ver. Clàudio Janta, destacou que no Brasil inteiro existe subsídio para o transporte Público.

Respondendo a informação trazida pelo Ver. Clàudio Janta, o Presidente da EPTC, Sr. Marcelo Soletti, afirmou que de algum lugar o subsídio tem que sair, que poderia abrir mão da receita na saúde, na segurança, na educação, ou algum serviço vai ter que deixar de ser feito para colocar no transporte.

O Ver. Clàudio Janta, afirmou que as taxas que cobram de bicicleta, de aplicativo, deveriam ser passadas ao sistema de transporte.

Logo após o pronunciamento, foi informado pelo convidado Sr. Marcelo Soletti Presidente da EPTC, que já existe uma conta específica para colocar recursos de outras fontes. Ainda esclareceu que:

“[...] à questão do cobrador que o Carús perguntou se era um projeto inicial. A gente sabe da dificuldade hoje na questão de emprego, a gente está vendo o índice de desemprego lá em cima, e não há interesse do Governo em desempregar cobradores de ônibus. Então, o que é que se fez? Fez um projeto retirando a obrigatoriedade da contratação. No dia do passe livre, não ser necessário tu teres um cobrador.”

O Ver. Aldacir Oliboni sugeriu que exista um momento para EPTC apresentar os cálculos tarifários, e também a oitava do Tribunal de Contas, e antigos Gestores que atuaram no transporte Público. Por fim destacou que o cidadão não se sente seguro dentro dos ônibus, além de nem todos terem ar-condicionado, embora por lei, seja uma exigência.

O Ver. Alvoni Medina encaminhou sua fala questionando se dos 35% das isenções, 15% estão relacionadas a fraudes. Elucidou que a população de Porto Alegre não deveria pagar por estas fraudes, e que a prefeitura deveria aprimorar o investimento em tecnologia para conter fraudes. Por fim destacou que é uma preocupação da população idosa e com deficiência preocupada em ter que pagar esta conta.

Com o fim da rodada de perguntas o Sr. Presidente desta Comissão Especial Reginaldo Pujol colocou à disposição para últimas colocações do convidado Marcelo Soletti Presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre:

“Vou ser breve nas explicações, mas eu queria deixar claro que, conforme o Oliboni colocou, estamos à disposição. Quando formos discutir o cálculo tarifário e a planilha, que fosse a EPTC e o Tribunal de Contas neste mesmo debate, até porque, este ano, a gente começou um debate prévio, em janeiro de 2017, com o Tribunal de Contas, e a gente vem, da forma mais transparente possível, discutindo com o Tribunal de Contas sempre antecipadamente toda e qualquer movimentação em relação à Planilha e ao cálculo. Em relação ao que o Alvoni colocou sobre a preocupação dos 15%, na verdade não são os 15% dos 35%, é 15% dos 100 que estes 35% representam, então, de 35% transformar em 100, 15%, e não 15% dos 35%. É um pouco menor esta taxa. É importante a gente deixar claro que a queda de passageiros vem desde 2003. De 2003 a 2015, são 25% de queda de passageiros. Então, a queda vem ao longo do tempo, e, com certeza, foi agravada pelo aplicativo, foi agravada muito pela insegurança. Hoje, tu andas de noite, e, a partir das oito e meia, nove horas, tu já vês os ônibus vazios; as pessoas estão se sentindo inseguras nas paradas de ônibus, estão se sentindo inseguras nas ruas. Há um crescimento da criminalidade, e Porto Alegre, infelizmente, está bastante afetada por isso, fora a questão econômica, o desemprego, a recessão, que também vêm agravando ainda mais.

Eu queria fazer só uma observação. Eu tinha me passado na questão que o Cassiá apresentou quando falamos de cobrador. No início da minha fala, quando eu falei das fraudes, elas são das mais variadas, é o uso do cartão do idoso, é o cartão do estudante, é o cartão do deficiente, é o cartão do brigadiano. Às vezes não é a pessoa que está usando, é alguém que pegou e está se utilizando. Então, tem das mais variadas formas, e às vezes ele se utiliza da ingenuidade ou da ação de um trabalhador que está ali.

Inclusive tivemos pessoas que foram demitidas por justa causa, com certeza é uma minoria, mas, como toda categoria tem, e eu não quero generalizar, inclusive me dou muito bem com o sindicato dos rodoviários, a gente até tem reunião agora às 11h com o Paim lá, que vai receber o pessoal do sindicato. A gente sabe que em toda categoria tem o mau profissional, e eventualmente isso ocorre. E é a mais ampla quantidade de fraudes.

Então, não é nada específico em relação ao cobrador, temos o maior respeito pelo rodoviário, sabemos da dificuldade do trabalho e hoje temos aqui um Vereador que veio de lá, que é o Paulinho, que tem muito orgulho do que faz e sempre conta grandes histórias em relação aos rodoviários.

Estamos, mais uma vez, renovando aqui – especialmente através do João Batista, que está representando o Secretário Sabino – que a gente está à disposição, e acredito nessa sugestão do Oliboni de fazermos pautas mais específicas, porque realmente o debate é grande, o assunto é extremamente importante, e os dois nomes que ele citou, tanto o Mauri Cruz e como o Bertotto, ex-Presidentes da EPTC, com certeza devem também ter muito a contribuir nessa discussão.”

(Encerra-se a reunião às 11h10min.)

**Terceira Reunião da Comissão 27/11/2017**

Na quinta Reunião Ordinária, estiveram presentes; Sr.Antônio Augusto Lovatto, do Consórcio Viva Sul; Sr. Flávio Caldasso Barbosa, da Cia.Carris; Sr. Gustavo Simionovschi, Diretor Executivo da Associação de Passageiros de Porto Alegre – ATP, representante da Associação dos Transportadores de Passageiros, também da Associação de Passageiros por lotação – ATL.

O representante da ATP abordou a grande quantidade de gratuidade, bem como a diminuição dos números de pagante de 2005 até 2016, relacionou como fato gerador da diminuição a crise do país, e os aplicativos, também a fuga de passageiros para outros meios de locomoção. Defendeu a revisão ampla dos benefícios aos passageiros, como rever a segunda passagem gratuita, a idade de isenção para idoso, na qual muda de 60 para 65 anos, onde relacionou que a expectativa de vida mudou, também apontou a retirada da gratuidade dos professores, e dos estudantes existir um requisito de renda para o recebimento dessa isenção, deixou clara a necessidade de regulamentar o uso diário das isenções. Apontou que os principais custos no transporte público coletivo se dão no custo de pessoas e diesel. Por fim pediu que a vida útil dos veículos, passasse de 10 para 12 anos.

O diretor técnico da CARRIS, Flávio Caldasso, elucidou a importância dos corredores de ônibus, e que hoje estes corredores de ônibus estão muito precários. Informou que a onda verde de sinaleiras só funciona na Av. Bento Gonçalves. Destacou que um sistema de GPS, para o usuário de ônibus saber o tempo que o veículo passará na parada de ônibus ajudaria a competir com os aplicativos e atrair mais usuários. Também trouxe ideias para atrair mais passageiros como, o tempo de viagem e a segurança.

O Ver. Roberto Robaina sugeriu a existência de subsídio para o Transporte Coletivo Público, foi além afirmando que não deveriam existir empresas privadas. Também destacou que deveria ter um nível de checagem maior nas Empresas Privadas, pelo Poder Público, e que no caso da CARRIS o Poder Público faz campanha contrária à Empresa.

O Ver. Aldacir Oliboni destacou a necessidade de uma fonte de financiamento para as gratuidades, sugeriu que o Transporte Público seja subsidiado pelas multas de trânsito, e a TGO paga pelos aplicativos.

O Ver. Clàudio janta, sugeriu se pensar em um subsídio, seja por multas de trânsito ou TGO cobrada dos aplicativos, também sugeriu que existam terminais nas intermediações da cidade para fazer a integração das cidades vizinhas, para não entrarem no centro de Porto Alegre.

(Encerra-se a reunião às 12h07min.)

**Quarta Reunião da Comissão 06/12/2017**

Na quarta Reunião Ordinária, estiveram presentes Sr. Antonio Augusto Lovatto, da ATP; o Sr. Gustavo Simionovschi, da ATP; o Sr. Rogério Lago, da ATL.

O Sr. Rogério Lago representante da ATL relata estar acompanhando o transcurso desta Comissão Especial, pois o que acontece com o ônibus acaba interferindo nas lotações, justamente pela tarifa da lotação estar agregada à tarifa do ônibus, por isso alega ter interesse direto em achar uma solução para o transporte coletivo público. Indica que uma das únicas formas da lotação e o ônibus concorrer de forma igualitária é tornar a tarifa mais atrativa. Por fim afirma que a posição na ATL, não é da retirada de isenções, mas sim de revisar algumas delas, como mudar suas metodologias. Da mesma forma faz referência aos aplicativos, e que estes poderiam ajudar a subsidiar o Transporte Coletivo Público.

O Sr. Antônio Augusto Lovatto, representando a ATP, diz que a crise no transporte coletivo, com a diminuição de passageiros, como se tem visto, vem se acentuando desde 2011, e já existia há um ano essa expectativa de que essa queda continuaria. Também afirmou que a alternativa foi a retirada de ônibus, retirada de horários, saídas de motoristas, saída de cobradores, com isso ensejou o equilíbrio do custo e a tarifa.

O Ver. Presidente desta Comissão Especial Reginaldo Pujar, expõe que se observa a unanimidade de reclamações de que a tarifa já é cara e não pode subir mais, então que exista uma discussão entre ATP, ATL e partes envolvidas, a respeito de como reduzir esse custo, dentro desses seis projetos que estão aí.

**Quinta Reunião da Comissão 11/12/2017**

Na quinta Reunião Ordinária, foi dedicada para ouvir Gleison Carvalho, presidente da UGES – União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas; a Vitória Cabrera, presidente da União Municipal de Estudantes Secundários de Porto Alegre – UMESPA; o Sr. Nelson Khalil, representante do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência.

Sr. Vitória Cabrera Presidente da UMESPA destacou a luta que os estudantes constantemente enfrentam para impedir a retirada de direitos, elucidou a atual crise que o País vive, como o índice de desempregados e subempregos, e que aqui em específico o Munícipio de Porto Alegre a crise se agrava ainda mais, com o parcelamento dos Servidores Públicos, assim como os Servidores Públicos Estaduais. Na sua fala, criticou a falta de diálogo do atual Prefeito de Porto Alegre, na qual não consultou a sociedade civil organizada, em nenhum dos Projetos apresentados. Ademais, criticou a postura truculenta que vem tendo o Prefeito com os estudantes de Porto Alegre.

Outrossim, afirmou que até agora o Executivo Municipal não sinalizou que os projetos realmente vão refletir na diminuição da passagem, e que apenas aumentaria o lucro das Empresas de ônibus, e que se a ideia é atrair o passageiro de volta para o coletivo público, deveriam estar preocupados com a demora dos ônibus, e a segurança, pois hoje a população tem medo de pegar ônibus, se sente inseguro nos coletivos, por isso mexendo nas isenções não mudaria a realidade dos usuários atualmente.

Também classificou o limite de renda, estabelecido em três salários mínimos como injusto, e que limitar com base na média do País, não condiz com a realidade da Cidade, e que outra dificuldade será a da comprovação de renda, e que esse processo só burocratizaria mais a emissão da meia-passagem.

Ainda na sua fala, fez ênfase ao direito constitucional dos estudantes a garantia de chegada na suas Escolas, e que a aprovação dos Projetos só vai ajudar a evasão escolar, pois atualmente o meio passe garante a permanência dos estudantes nas escolas.

Além disso, ainda na fala da representante da UMESPA a Sr. Vitória Cabrera, destaca mais uma retirada de direito, desta vez no que tange os estudantes de pré-vestibular e de cursos profissionalizante, pois o projeto não trata essas pessoas como estudantes.

Por fim, destacou que a diminuição de passagens mensais, só garantiria a ida e a volta dos estudantes, e que tal postura, não pensa nas atividades extras que as escolas oferecem, nem mesmo entende que o estudante também tem lazer.

O Sr. Nelson Khalil representante da CONDEPA, fez menção que o transporte público é um direito do cidadão, e que hoje o contexto desses projetos que estão sendo apresentados, indica que o transporte é um direito de algumas empresas ganharem dinheiro nesta cidade, e que é preciso mudar esta forma de ver o transporte da Cidade. Também entende que não são as isenções que causam prejuízo para as Empresas, e que muito pelo contrário, temos como exemplo os aplicativos que demostraram eu baixando o preço causa um aumento de lucro.

Além disso, destacou a péssima qualidade que os ônibus oferecem para acessibilidade, e que atualmente em Porto Alegre, só existe os táxis acessíveis, que são caros, e ônibus adaptados. Também informou que a Prefeitura não pensa nas paradas de ônibus e que hoje a dificuldade existe na entrada e saída dos pontos de paradas de ônibus.

Também foram ouvidos representantes de Grêmios Estudantis, como do Colégio Protásio Alves, Escola Agrônomo Pedro Pereira, Colégio Dom Diogo, Colégio Paulo da Gama, Colégio Glicério Alves, Escola Fernando Gomes, Colégio Odila Gay da Fonseca, Escola Anísio Teixeira, Escola Rafaela Remião e que no mesmo sentido da representante da UMESPA, se posicionaram contrários aos projetos apresentados pelo Executivo Municipal.

O Ver. Roberto Robaina destacou que o pacote que o Executivo Municipal apresentou não terá seu voto, e que é importante a mobilização continuar, por fim parabenizou a UGES, UMESPA, e os Grêmios estudantis.

O Sr. Gleison Carvalo Presidente da UGES, na sua fala destacou que os estudantes estão perdendo a última semana de aula para lutar pelos seus direitos, e hoje o atual Prefeito se posicionou como um dos principais inimigos da educação, quando tentou acabar com EJAs, com o UNIPOA, o POP, e com os projetos que retiram direitos dos estudantes.

Ademais, também destacou que o Executivo não está interessado em solucionar o problema da perda de usuários, pois entende que o problema da diminuição de passageiro está na falta de segurança nos ônibus, a demora, os atrasos, e a superlotação em alguns horários.

Por fim, afirmou que os estudantes não vão deixar de lutar para garantir seus direitos.

O Ver. Aldacir Oliboni na sua fala destacou que a Comissão não dará acordo, de nenhuma forma, para que este projeto seja votado, e que sua Bancada do PT, somam 4 votos contrários aos projetos.

Sra. Elisiane de Albuquerque Presidente do Conselho Municipal do Idoso na sua fala fez um apelo para os Vereadores não aprovarem o Projeto que diminui a idade para o idoso garantir sua isenção, pois muitos idosos necessitam de consulta, e precisam se deslocar para Hospitais localizados em vários pontos da Cidade, muitas vezes tendo que pegar mais de dois, três ônibus, lembrando também que o usuário idoso ganham pouco, na sua maioria um salário mínimo, e ainda acabam gastando seus salários com medicamentos que a Prefeitura de Porto Alegre, muitas vezes, não fornece.

Ademais, informou que o Conselho Municipal do Idoso de Porto Alegre é radicalmente contrário à retirada do transporte gratuito para a população idosa.

O Ver. Alvoni Medina parabenizou a todos que estão presentes, e se posicionou como defensor da população idosa e com deficiência, e que não aceitara a retirada dos direitos já conquistados.

O Ver. Cassiá Carpes, destacou que o Executivo Municipal vem sacrificando cada vez mais a sociedade, e que sua posição é contraria ao aumento do IPTU, e o arrocho salarial dos funcionários.

A Ver. Sofia Cavedon usou sua fala para destacar a importância que a cidade de Porto Alegre se levante diante os Projetos do Executivo Municipal, e que são muitas as lutas e uma delas é fundamental, porque trata do direito à educação, que entende ser muito mais que ir para escola, que é circular na Cidade, que é ir aos cinemas, que é aos museus, que é poder fazer trabalhos com os colegas.

O Ver. André Carús, fez referência à Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe, e que seu posicionamento é em defesa dos direitos que existe há 62 anos em Porto Alegre, como garantia e acesso à educação.

(Encerra-se a reunião às 11h50min.)

**Sexta Reunião da Comissão: 19/12/2017**

Na sexta Reunião Ordinária, estiveram presentes; Sr. Gustavo Simionovschi - ATP; o Sr. Kleber Porto; o Sr. Antonio Augusto Lovatto; Rogério Lago - ATL; e o Sr. Luis Fernando Ventura, a reunião tinha a intenção de ouvir as regiões do Orçamento Participativo, nos quais não se fizeram presentes.

O Sr. Gustavo Simionovschi representando a ATP, na sua fala relata que não são contra nenhuma gratuidade, e que reconhecem os direitos das pessoas que o possuem, porém ele destaca que 65% dos usuários dos ônibus estão pagando a mais, para manter essas isenções. Ademais, colocou o dever de defendes as pessoas que estão pagando 50% a mais, e que essa pessoa não tem mais condições de pagar 50% a mais.

Relatou também, que pela primeira vez na história, as Empresas estão atrasando os pagamentos do 13º salário.

Por fim, garantiu que terá um impacto alto na tarifa devido à perda significativa de passageiros.

O Sr. Rogério Lago representando a ATL, afirmou concordar com a manifestação do representante da ATP, afirmou que na história do transporte em Porto Alegre, nunca se atravessou uma situação tão difícil. Porém afirma reconhecer a necessidade daqueles que dependem de isenções. Afirmou que a entrada dos aplicativos, ajudou a aumentar a crise.

A Sr. Vitória Cabreira representante da UMESPA, deixou sua insatisfação com a pouca participação dos estudantes e suas entidades representativas, e até mesmo da EPTC, afirmou que muito se ouviu as Empresas de ônibus e suas entidades representativas.

(Encerra-se a reunião às 17h59min.)

**Sétima Reunião da Comissão: 06/02/2018**

Na sexta Reunião Ordinária, estiveram presentes; oito Vereadores, membros desta Comissão, e dois Suplentes, o do Ver. Professor Wambert e do Ver. Paulo Brum, com a intenção de apresentar e apreciar o relatório final dos trabalhos da Comissão.

O Ver. Clàudio Janta, esclareceu depois de um desentendimento, que estava apresentando o relatório final, e nele estava organizado os resumos das reuniões, conclusões e encaminhamentos. Logo após os esclarecimentos o Ver. Clàudio Janta, acabou fazendo a leitura das conclusões e encaminhamentos do relatório.

O Ver. Reginaldo Pujol, esclareceu que não é pretensão da Comissão de decidir sobre os projetos, e sim é o Plenário da Casa que fará a decisão final. Esclarecido esses fatos, fica encargo dos demais Vereadores da Comissão, encaminhar sugestões para o relator, e este, decidirá se irá anexar ou não no relatório, então no dia 19 do mês de fevereiro, uma segunda-feira, às 18h:30min, será lido, e discutido com os Vereadores da Comissão, nos quais terão 4 dias para eventuais modificações, ou propor alguma emenda, e até mesmo elaboras as suas respectivas declarações de votos. Então no dia 23, sexta-feira, às 11h, será a votação final com as emendas que eventualmente serão apreciadas e também com a apresentação das declarações de voto.

(Encerra-se a reunião às 17h39min.)

**Conclusão**

Determinados os trabalhos que foram feitos no decorrer desta Comissão Especial, chega o momento de se tirar as conclusões, para melhor compreensão trataremos por tópicos cada assunto:

* 1. **Isenção para idosos e pessoas com deficiência;**

Em síntese o projeto nº 012/17 trata da gratuidade para idosos e pessoas com deficiência. Ao revogar a Lei 5624/1985, a Prefeitura propõe que idosos entre 60 e 64 anos de idade não sejam mais isentos. A isenção seria apenas para pessoas com idade a partir de 65 anos, já prevista em lei federal. O projeto ainda reduz o limite de viagens diárias para os idosos isentos, das atuais oito para seis.

A redução no número de viagens também atingirá outras categorias de passageiros isentos, passando de oito para quatro viagens diárias nos seguintes casos: pessoas com deficiência mental, física, auditiva e visual permanente que tenham renda mensal própria igual ou inferior a três salários mínimos; portadores do vírus da AIDS que já tenham desenvolvido a doença e sejam atendidos pela SMS; e crianças e adolescentes matriculados ou vinculados à Fase ou Fasc. O projeto prevê o recadastramento destes usuários e, se for comprovada a necessidade de mais de quatro deslocamentos diários, a EPTC pode ampliar o número de viagens.

O Projeto foi enviado para esta Casa Legislativa, como o propósito de diminuição de tarifa, porém depois de um longo trabalho feito por esta Comissão Especial, e de algumas manifestações apresentadas, não ficou claro que a retirada da referida isenção, terá impacto na diminuição da tarifa.

Também entende essa Comissão Especial, que o principal problema no transporte público é a diminuição dos passageiros pagantes, e a solução dos problemas não passam pela retirada de direitos, o equilíbrio no custo do Transporte Coletivo Público e a tarifa que é cobrada estão ligados ao retorno dos usuários para coletivos públicos.

Em 1985 foi decidido por esta Cidade que idosos a partir de 60 anos seriam isentos da tarifa do transporte coletivo, atualmente muitos idosos que tem a idade de 60 a 64 anos, já estão aposentados, e muitos ganham apenas um salário mínimo, e sabido que aos 60 anos a saúde começa a complicar, e muitas vezes essas pessoas acabam se locomovendo para diversos Hospitais para se tratarem, Hospitais estes, que estão em vários pontos de Porto Alegre, não obstante, do montante desse salário mínimo, também existe os gastos com remédios, medicamentos estes que o Estado muitas vezes não fornece.

No que tange à limitação de viagens diárias, entende essa Comissão Especial, que número de viagens não irá interferir no custo para as Empresas de ônibus, pois a preocupação é atrair os usuários pagantes, e novamente, esclarece que a solução para crise no transporte público está em tornar o transporte coletivo de ônibus mais atrativo para o retorno do usuário, sabemos que a população idosa se desloca muito com o coletivo para tratamento de doenças em Hospitais, muitas vezes localizados em pontos diferentes, necessitando que o Idoso utilize mais passagens.

* 1. **Escolares:**

O projeto nº 013/17 estabelece um limite de renda para acesso à passagem escolar. Apenas estudantes de famílias com renda de até três salários mínimos terão direito ao benefício. Também haverá redução no número de passagens, que cairá de 75 para 50 passagens por mês, e as passagens não poderão ser utilizadas em domingos e feriados.

O Projeto foi enviado para esta Casa Legislativa, como o propósito de diminuição de tarifa, porém depois de um longo trabalho feito por esta Comissão Especial, e de algumas manifestações não ficou claro que a retirada da referida isenção, terá impacto na diminuição da tarifa.

Também entende essa Comissão Especial que o principal problema no transporte público é a diminuição dos passageiros pagantes, e a solução dos problemas não passa pela retirada de direitos, o equilíbrio no custo do Transporte Coletivo Público e a tarifa que é cobrada estão ligados ao retorno dos usuários para coletivos públicos.

Muitas cidades avançam na garantia de acesso à educação, tal projeto vem na contramão desses avanços, a EPTC e o Executivo Municipal não conseguiram explicar como chegaram ao valor de três salários mínimo familiar, nem mesmo quantas famílias seriam atingidas pela medida. O Projeto também demonstra que o processo para a garantia de tal isenção será ainda mais burocratizado, em depoimento o próprio Presidente da EPTC deixou claro que existem pessoas que não conseguem comprovar renda.

O referido Projeto também reduz de 70 para 50 o número de passagens mensais de cada estudante poderá utilizar, porém esse número permitirá apenas a ida dos estudantes durante um turno dos dias úteis para escola, tal medida não leva em consideração inúmeras atividades em turnos inversos que eventualmente os estudantes desempenham.

Ademais, o Projeto também proíbe a utilização do meio passe aos domingos e feriados, novamente a iniciativa de corte de isenções não leva em conta a realidade dos estudantes, nos quais muitas vezes desempenham atividades nesses dias, como por exemplo, grupos de pesquisas, reforço escolar, mais uma vez o Projeto demonstra total desconhecimento da realidade escolar.

Por fim, essa medida demonstra mais uma falta de compromisso da Prefeitura de Porto Alegre com a educação, na qual vai prejudicar o acesso ao ensino e disparar um cenário de evasão escolar no Município.

* 1. **Professores:**

O Projeto nº 013/17 retira o direito de meia-passagem dos professores.

O Projeto nº 013/17 vai afetar muito a estabilidade financeira dos professores, não só da rede municipal, que hoje podem optar pela carteira estudantil ou por contribuir com 6% do salário, mas principalmente os professores estaduais, que já estão com os salários parcelados, e especialmente os contratados, que muitas vezes lecionam em mais de três escolas.

Com a modificação que o Projeto está trazendo acarretará um prejuízo para as mais de 278 escolas estaduais e 99 escolas municipais.

Ademais, referente aos professores que atuam em Escolas e instituições de Ensino particular, entende-se pela retirada do meio passe, visto que esses poderiam receber o vale-transporte das suas respectivas Empresas, sem prejuízo ao erário, ou para Instituição de Ensino que é financiada pelo Poder Público.

* 1. **Determinam a exigência de Cartão de Isenção para PMs e guardas no uso da gratuidade:**

O Projeto nº 014/17 não retira a isenção da tarifa para Guardas Municipais e soldados da Brigada Militar, desde que utilizem o cartão emitido pela EPTC e passem pela roleta. Hoje, somente a farda serve para o policial ter direito à gratuidade.

Esta Comissão Especial entende que a redação do Projeto não retira nenhum direito, e apenas vai servir para ter um controle da quantidade de Servidores da BM e GM, ademais os servidores da Segurança Pública, Brigadianos e Guardas Municipais fardados dentro dos ônibus é um alvo para o infrator. Se estes estiverem à paisana, é um elemento a mais de segurança para a população que utiliza o transporte coletivo em Porto Alegre.

* 1. **Extingue de forma gradativa a presença de cobradores nos ônibus:**

O projeto nº 015/17 autoriza as empresas de ônibus a reduzir de forma gradativa a presença de cobradores. As linhas poderão circular sem o cobrador entre 22h e 4h em dias úteis, além de domingos e feriados. Nestes dias e horários, a passagem só poderá ser paga com o cartão TRI. Num segundo momento, o projeto permite que as empresas não reponham os cobradores quando o próprio funcionário se demitir, quando houver demissão por justa causa, por aposentadoria ou morte do funcionário ou, ainda, por interrupção ou suspensão do contrato de trabalho.

O referido Projeto é um violento ataque ao emprego dos rodoviários, podendo levar à extinção dos atuais 3,6 mil cobradores de ônibus, aumentando o desemprego no país que já atinge mais de 14 milhões de trabalhadores.

Está Comissão Especial não pode concordar com o fim dos cobradores. O sistema de transporte coletivo tem funcionado historicamente com esses profissionais, que não somente cobram o pagamento das passagens, mas também ajudam o embarque e principalmente o desembarque de passageiros, contribuindo para prevenir acidentes, além de auxiliar o motorista em conversões, entradas e saídas de corredores, acesso de cadeirantes e pessoas com deficiência. Além disso, em muitos casos os cobradores auxiliam pessoas com deficiência ou mesmo com alguma doença, na prática seria impossível o motorista fazer as duas funções, em alguns casos Cidades no Brasil que deixaram de ter a obrigatoriedade de cobrador no ônibus estão voltando atrás.

* 1. **Frota:**

O Projeto nº 011/17 aumenta o tempo de uso de ônibus dos atuais dez para 12 ou até 13 anos, nos casos de ônibus articulados e outros modelos que não sejam movidos a diesel. Também determina que novos ônibus só poderão entrar para a frota desde que equipados com ar condicionado.

Entende essa Comissão Especial, que o aumento de vida útil dos veículos, está na contramão da ideia de oferecer um serviço de qualidade, visto que as reclamações dos usuários estão justamente na qualidade dos ônibus, não obstantes outros projetos apresentados pelo Executivo Municipal, entendeu por diminuir a vida útil como por exemplo dos táxis em Porto Alegre, por isso entende pela não aprovação deste conteúdo, que trata do aumento da vida útil dos ônibus.

Ademais, no tópico do Projeto que determina que novos ônibus só poderão entrar para a frota desde que equiparados com ar condicionado, entende essa Comissão Especial ser um dos caminhos para a retomado do usuário ao transporte coletivo.

**Encaminhamentos**

Assim, baseando-se nos debates realizados pela Comissão Especial que estudou os projetos protocolados pelo Executivo Municipal que tratam do transporte coletivo, propomos os seguintes encaminhamentos:

**1 –** A apresentação dos cálculos e planilhas tarifárias;

**2 –** Oitiva do Tribunal de Contas;

**3 –** Há um consenso na busca da necessidade de fontes de subsídio para transporte coletivo, como por exemplo, utilizar as multas de trânsito, recolhimento de área azul, TGO dos aplicativos e permissionários de táxi, e a criação de uma CIDE Municipal;

**4**- Solicita da Prefeitura de Porto Alegre um estudo sobre a questão social das modificações trazida nos projetos, e por fim, que apresente informações que condizem com a realidade da população de Porto Alegre;

**5** – Feito esses encaminhamentos, aguardamos a resposta do Poder Executivo para dar andamento as discussões previstas nos projetos.

Sala das sessões, 06 fevereiro de 2018.

**Aprovado pela Comissão em**

**Vereador Reginaldo Pujol Vereadora André Carús**

**Presidente Vice-Presidente**

**Vereador Clàudio Janta Vereador Aldacir Oliboni**

**Relator**

**Vereador Alvoni Medina Vereador Mauro Zacher**

**Vereador. Cassiá Carpes Vereador Moisés Maluco do Bem**

**Vereador Paulo Brum Vereador Professor Wambert**

**Vereador Rodrigo Maroni Vereador Roberto Robaina**